



Sumário

()	CAPÍTULO 1 – Lei Processual Penal	1
1.1.	Aplicação da lei processual penal no espaço	2
1.1.1.	Conceito de território	2
1.1.2.	Princípio da territorialidade	2
1.1.3.	Ressalvas ao princípio da territorialidade: art. 1º, incisos I a V, do CPP.....	3
1.2.	Aplicação da lei processual penal no tempo.....	4
1.3.	Interpretação da lei processual penal	5
1.3.1.	Introdução	5
1.3.2.	Interpretação extensiva	5
1.3.3.	Interpretação analógica	5
()	CAPÍTULO 2 – Inquérito Policial	11
2.1.	Disposições gerais	12
2.2.	Finalidade do inquérito policial (art. 4º do CPP)	12
2.3.	Destinatários do inquérito policial	13
2.3.1.	Destinatário imediato (art. 129, inciso I, CF, e art. 30, CPP).....	13
2.3.2.	Destinatário mediato	13
2.4.	Presidente do inquérito policial (art. 144, §§ 1º e 4º, da CF).....	13
2.4.1.	Suspeição da autoridade policial (art. 107 do CPP).....	13

2.4.2.	Participação do Ministério Público no inquérito policial.....	14
2.4.3.	Presidência do inquérito policial por membro do Ministério Público	14
2.5.	Valor probatório do inquérito policial	14
2.6.	Inquérito policial e a legislação extravagante	15
2.6.1.	O inquérito policial e a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)....	15
2.6.2.	O inquérito policial e o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997).....	15
2.6.3.	O inquérito policial em crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90).....	15
2.7.	Formas de instauração de inquérito policial (art. 5º do CPP).....	15
2.7.1.	Instauração do inquérito policial de ofício, por portaria, <i>notitia criminis</i> ou <i>delatio criminis</i> simples (art. 5º, inciso I, do CPP).....	16
2.7.2.	Instauração de inquérito policial mediante representação da vítima (ou de seu representante legal) ou mediante requisição do Ministro da Justiça (art. 5º, § 4º, do CPP)	16
2.7.3.	Instauração do inquérito policial mediante requerimento da vítima ou de seu representante legal (art. 5º, inciso II, 2º parte, do CPP).....	17
2.7.4.	Instauração do inquérito policial em decorrência de lavratura de auto de prisão em flagrante.....	18
2.7.5.	Instauração do inquérito policial mediante requisição do membro do Ministério Público ou do Magistrado (art. 5º, inciso II, 1º parte, do CPP).....	18
2.8.	Características básicas do inquérito policial (D-E-S-I-I-O):.....	19
2.8.1.	Dispensável (art. 12 do CPP).....	19
2.8.2.	Escrito (art. 9º do CPP)	19
2.8.3.	Sigiloso (art. 20 do CPP)	19
2.8.4.	Inquisitivo (art. 5º, inciso LV, CF)	20
2.8.5.	Indisponível (art. 17 do CPP).....	20
2.8.6.	Obrigatório para a autoridade policial (art. 6º do CPP).....	20
2.9.	Atos praticados no inquérito policial	20
2.9.1.	Condução coercitiva do indiciado (arts. 201, § 1º, 218 e 260, CPP).....	21

2.9.2.	Reconstituição do delito (art. 7º, CPP).....	21
2.9.3.	Indiciamento.....	21
2.9.4.	Incomunicabilidade do investigado (art. 21 do CPP)	22
2.9.5.	Diligências requeridas ao delegado de polícia (art. 14 do CPP)	23
2.10.	Prazos para término do inquérito policial (art. 10 do CPP).....	23
2.11.	Arquivamento do inquérito policial (art. 17 do CPP).....	24
2.12.	Desarquivamento do inquérito policial (art. 18 do CPP).....	25
2.13.	Encerramento do inquérito policial (art. 10 E parágrafos do CPP) ...	26
()	CAPÍTULO 3 – Ação Penal	31
3.1.	Introdução.....	32
3.2.	Classificação da ação penal (espécies/modalidades).....	32
3.3.	Ação penal pública.....	32
3.3.1.	Princípios gerais da ação penal pública.....	33
3.3.1.1.	Princípio da obrigatoriedade ou legalidade	33
3.3.1.2.	Princípio da indisponibilidade: art. 42 do CPP ...	33
3.3.1.3.	Princípio da oficialidade	33
3.3.1.4.	Princípio da indivisibilidade	34
3.3.1.5.	Princípio da intransmissibilidade ou intranscendência	34
3.3.2.	Ação penal pública incondicionada (plena)	34
3.3.3.	Ação penal pública condicionada	35
3.3.3.1.	Legitimidade para proceder a representação (art. 24 do CPP).....	35
3.3.3.2.	Prazo para representação (arts. 38 do CPP e 103 do CP)	36
3.3.3.3.	Prazo para requisição do Ministro da Justiça	36
3.3.3.4.	Contagem do prazo decadencial para representação em concurso de crimes	36
3.3.3.5.	Encaminhamento ou endereçamento da representação (art. 39 do CPP)	37
3.3.3.6.	Retratação da representação (art. 25 do CPP)	37
3.3.3.7.	Retratação da retratação	37
3.3.3.8.	Retratação da requisição do Ministro da Justiça ...	38

3.3.4.	Denúncia (art. 46 do CPP).....	38
3.3.4.1.	Prazo para o oferecimento da denúncia	38
3.3.4.2.	Não oferecimento da denúncia no prazo legal	39
3.3.4.3.	Requisitos da denúncia ou queixa (art. 41 do CPP)	39
3.3.4.4.	Recursos cabíveis contra decisão de recebimento e rejeição da denúncia ou queixa.....	40
3.3.4.5.	Denúncia alternativa	40
3.3.4.6.	Denúncia genérica e denúncia geral	40
3.3.4.7.	Requerimento de arquivamento de inquérito policial pelo Ministério Público (art. 28 do CPP)....	41
3.3.4.8.	Requerimento de arquivamento de inquérito policial pelo Ministério Público e negativa do Magistrado (art. 28 do CPP)	41
3.3.4.9.	Arquivamento indireto do inquérito policial.....	42
3.3.4.10.	Arquivamento implícito (tácito) do inquérito policial.....	42
3.4.	Ação penal privada (ação penal pública de iniciativa privada)	42
3.4.1.	Princípios gerais da ação penal privada	43
3.4.1.1.	Princípio da conveniência (oportunidade)	43
3.4.1.2.	Princípio da disponibilidade	43
3.4.1.3.	Princípio da indivisibilidade (art. 48 do CPP)....	43
3.4.1.4.	Princípio da intranscendência (intransmissibilidade).....	44
3.4.2.	Espécies (modalidades) de ação penal privada	44
3.4.2.1.	Ação penal privada exclusiva (propriamente dita/principal)	44
3.4.2.2.	Ação penal privada subsidiária (substitutiva) da pública (art. 29 do CPP e art. 5º, inciso LIX, da CF).....	45
3.4.2.3.	Ação penal privada personalíssima.....	45
3.4.3.	Prazo para oferecimento da queixa-crime (art. 38 do CPP)...	45
3.4.4.	Aditamento da queixa (arts. 45 e 46, § 2º, do CPP)	46
3.4.5.	Causas extintivas da punibilidade exclusivas da ação penal privada (art. 107 do CP).....	46

3.4.5.1.	Renúncia (art. 107, inciso V, 1º parte, do CP)	46
3.4.5.2.	Perempção (art. 107, inciso IV, do CP).....	47
3.4.5.3.	Perdão do ofendido aceito (art. 107, inciso V, 2º parte, do CP)	47
3.4.5.4.	Reconhecimento das causas extintivas da punibilidade de ofício (art. 61 do CPP)	48
()	CAPÍTULO 4 – Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	55
4.1.	Introdução.....	56
4.2.	A ação civil <i>ex delicto</i> e a Lei 11.719/2008	56
4.3.	Sujeito ativo da ação civil <i>ex delicto</i> de execução	57
4.4.	Sujeito passivo da ação civil <i>ex delicto</i> (art. 64 do CPP).....	57
4.5.	Fatos que ocorrem no juízo penal e fazem coisa julgada no cível (arts. 65 e 66 do CPP)	58
4.6.	Oferecimento da ação civil <i>ex delicto</i> pelo MP – Legitimidade do MP (art. 68 do CPP).....	58
()	CAPÍTULO 5 – Jurisdição e Competência	63
5.1.	Jurisdição.....	64
5.1.1.	Princípios inerentes à jurisdição	65
5.1.1.1.	Princípio da indeclinabilidade (inafastabilidade) (art. 5º, inciso XXXV, da CF)	65
5.1.1.2.	Princípio da indelegabilidade.....	65
5.1.1.3.	Princípio da improrrogabilidade	65
5.1.1.4.	Princípio do juiz natural (juiz competente) (art. 5º, inciso LIII, da CF)	65
5.1.1.5.	Princípio da unidade.....	66
5.1.1.6.	Princípio do <i>nulla poena sine iudicio</i> (art. 5º, LIII, LIV, LV, LVI, da CF).....	66
5.1.1.7.	Princípio da investidura.....	66
5.1.1.8.	Princípio da inércia	66
5.1.1.9.	Princípio da correlação (relatividade).....	66
5.2.	Competência	66
5.2.1.	Fixação da competência (art. 69 do CPP).....	67
5.2.1.1.	Competência absoluta.....	67

5.2.1.2. Competência relativa.....	71
5.2.2. Competência por conexão e continência (arts. 76 e 77 do CPP)	77
5.2.2.1. Competência por conexão (art. 76 CPP).....	77
5.2.2.2. Competência por continência (art. 77 do CPP) ..	79
5.2.2.3. Regras na determinação da competência por conexão ou continência (art. 78 do CPP).....	80
5.2.2.4. Separação facultativa dos processos (art. 80 do CPP)	82
() CAPÍTULO 6 – Questões e processos incidentes	87
6.1. Questões prejudiciais	88
6.1.1. Classificação das questões prejudiciais.....	89
6.1.1.1. Homogênea (comum ou perfeita ou própria).....	89
6.1.1.2. Heterogênea (jurisdicional ou imperfeita ou imprópria)	89
6.1.1.3. Obrigatória (necessária)	89
6.1.1.4. Facultativa.....	90
6.1.2. Prejudiciais devolutivas e não devolutivas	90
6.2. Processos incidentes	91
6.2.1. Exceções	91
6.2.1.1. Dilatórias ou de retardamento	91
6.2.1.2. Exceções peremptórias.....	93
6.2.2. Incompatibilidades e impedimentos.....	94
6.2.3. Conflito de jurisdição	94
6.2.4. Conflito de atribuição	94
6.2.5. Restituição de coisas apreendidas	95
6.2.6. Medidas assecuratórias	96
6.2.6.1. Sequestro.....	96
6.2.6.2. Hipoteca legal.....	97
6.2.6.3. Arresto.....	97
6.2.7. Incidente de falsidade	98
6.2.8. Incidente de insanidade mental do acusado	98

()	CAPÍTULO 7 – Da Prova	103
	7.1. Conceito	104
	7.2. Meios de prova.....	104
	7.3. Fatos que não serão objeto de prova.....	105
	7.4. Teoria geral da prova	105
	7.4.1. Princípios.....	106
	7.4.1.1. Princípio do livre convencimento motivado (persuasão racional/verdade real/prova fundamentada) – regra (art. 155 do CPP).....	106
	7.4.1.2. Princípio da prova legal (verdade legal/tarifado/verdade formal) – exceção (parágrafo único do art. 155 do CPP).....	106
	7.4.1.3. Princípio da livre convicção do juiz (certeza moral/íntima convicção) – exceção (Júri).....	106
	7.4.1.4. Princípio da comunhão das provas	106
	7.4.2. Ônus da prova (art. 156 do CPP)	107
	7.4.3. Das provas proibidas (inadmissíveis/ilícitas/ilegítimas) (art. 157 do CPP e art. 5º, inciso LVI, da CF)	107
	7.4.3.1. Prova ilícita por derivação (frutos da árvore envenenada – <i>fruits of the poisonous tree</i>)	108
	7.4.3.2. Princípio da proporcionalidade dos valores contrastantes	109
	7.5. Do exame de corpo de delito e das perícias em geral (arts. 158 a 184 do CPP).....	109
	7.5.1. Número mínimo de peritos para a realização do exame de corpo de delito (art. 159 do CPP)	110
	7.5.2. Assistente técnico (§§ 3º a 7º do art. 159 do CPP).....	111
	7.5.3. Exame de corpo de delito complementar (art. 168, § 2º, do CPP)	111
	7.6. Do interrogatório do acusado (arts. 185 a 196 CPP).....	112
	7.6.1. Natureza jurídica do interrogatório	112
	7.6.2. Presença de defensor no ato de interrogatório (art. 185 do CPP)	113

7.6.3.	Interrogatório e silêncio do acusado (art. 186 do CPP).....	114
7.6.4.	Interrogatório dividido em duas partes (art. 187 do CPP)...	114
7.6.5.	Perguntas das partes ao acusado no interrogatório (art. 188 do CPP).....	114
7.6.6.	Pluralidade de acusados – interrogatório em separado (art. 191 do CPP)	115
7.7.	Prova testemunhal (das testemunhas) (arts. 202 a 225 do CPP)	115
7.7.1.	Toda pessoa poderá ser testemunha (art. 202 do CPP).....	115
7.7.2.	Exceções ao dever de depor	115
7.7.2.1.	Das pessoas que não prestam compromisso ao depor (art. 206 do CPP).....	115
7.7.2.2.	Das pessoas proibidas (impedidas) de depor (art. 207 do CPP).....	116
7.7.3.	Número máximo de testemunhas.....	117
7.7.4.	Das perguntas das partes às testemunhas (art. 212 do CPP).....	118
7.7.5.	Oitiva das testemunhas separadamente (art. 210 do CPP)...	118
7.8.	Da busca e apreensão (arts. 240 a 250 do CPP)	118
7.8.1.	Da busca domiciliar	118
7.8.2.	Da busca pessoal.....	119
7.9.	Do reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP)	120
7.9.1.	Reconhecimento de pessoas – art. 226 do CPP.....	120
7.9.2.	Reconhecimento de coisas – art. 227 do CPP	120
7.9.3.	Reconhecimento fotográfico.....	120
7.9.4.	Reconhecimento por vozes	121
7.9.5.	Reconhecimento por retrato falado.....	121
7.9.6.	Reconhecimento coletivo (em grupo).....	121
7.10.	Da acareação (arts. 229 a 230 do CPP).....	121
()	CAPÍTULO 8 – Sujeitos Processuais (Sujeitos no Processo Penal)	127
8.1.	Do juiz, do ministério público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça.....	128
8.1.1.	Do Juiz (arts. 251 a 256, CPP)	128
8.1.1.1.	Impedimentos (arts. 252 e 253, CPP)	129
8.1.1.2.	Suspeições (art. 254, CPP).....	130

8.1.2.	Do Ministério Público (arts. 257 e 258 do CPP).....	130
8.1.3.	Do acusado e seu defensor (arts. 259 a 267 do CPP)	131
8.1.3.1.	Acusado.....	131
8.1.3.2.	Defensor (arts. 261 a 267 do CPP)	131
8.1.4.	Assistente (art. 268 a 273 do CPP).....	132
()	CAPÍTULO 9 – Prisão	137
9.1.	Conceito	138
9.2.	Mandado de prisão	138
9.3.	Espécies de prisões cautelares (provisórias)	139
9.3.1.	Prisão em flagrante (arts 301 a 310 do CPP)	139
9.3.1.1.	Sujeitos do flagrante	139
9.3.1.2.	Flagrante em crime permanente (art. 303, CPP).....	141
9.3.1.3.	Espécies/modalidades de flagrante.....	141
9.3.1.4.	Flagrante preparado	142
9.3.1.5.	Flagrante forjado.....	142
9.3.1.6.	Flagrante em crime habitual.....	143
9.3.1.7.	Auto de prisão em flagrante	143
9.3.1.8.	Procedimento e alteração do CPP	143
9.3.1.9.	Nota de culpa.....	144
9.3.1.10.	Prisão em flagrante e excludente de ilicitude.....	145
9.3.1.11.	Apresentação espontânea à autoridade.....	145
9.3.2.	Prisão preventiva	145
9.3.2.1.	Requisitos da prisão preventiva	145
9.3.2.2.	<i>Periculum libertatis</i>	146
9.3.2.3.	<i>Fumus Commissi Delicti</i>	147
9.3.2.4.	Prisão preventiva para identificação civil.....	149
9.3.2.5.	Prisão preventiva em caso de descumprimento injustificado de medida cautelar pessoal diversa da prisão	149
9.3.2.6.	Prisão preventiva e excludente de ilicitude	149
9.3.2.7.	Fundamentação para decretação da prisão preventiva e de medidas cautelares pessoais diversas da prisão.....	149

9.3.3.	Prisão temporária (Lei 7.960/1989)	150
9.3.3.1.	Requisitos para a decretação da prisão temporária	150
9.3.3.2.	Decretação da prisão temporária.....	150
9.3.3.3.	Prazo de duração da prisão temporária.....	151
9.3.3.4.	Libertação do preso temporário	151
9.3.3.5.	Observações sobre a Lei de Prisão Temporária... ..	151
9.3.3.6.	Prisão anterior à prisão preventiva.....	151
9.3.3.7.	Local de recolhimento dos presos temporários... ..	152
9.4.	Das medidas cautelares pessoais diversas da prisão	152
()	CAPÍTULO 10 – Dos Processos em Espécie.....	157
10.1.	Processo	158
10.2.	Procedimento.....	158
10.3.	Procedimentos no processo penal	158
10.3.1.	Procedimento comum	159
10.3.1.1.	Procedimento comum ordinário (arts. 395 a 405).. ..	159
10.3.1.2.	Procedimento comum sumário	166
10.3.1.3.	Procedimento comum sumaríssimo	167
()	CAPÍTULO 11 – Procedimento dos Crimes Funcionais	173
11.1.	Crimes funcionais	174
11.1.1.	Crimes funcionais próprios e impróprios.....	174
11.2.	Procedimento dos crimes funcionais e dos crimes contra a honra não regidos pela Lei 9.099/1995	175
11.2.1.	Audiência de reconciliação	176
11.2.2.	Exceção da verdade e da notoriedade.....	176
()	CAPÍTULO 12 – Procedimento do Júri	179
12.1.	Introdução.....	180
12.2.	Princípios constitucionais aplicados ao júri	181
12.2.1.	Plenitude de defesa.....	181
12.2.2.	Sigilo nas votações.....	182
12.2.3.	Soberania nos veredictos.....	182
12.2.4.	Competência mínima para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida	182

12.3. Procedimento bifásico	183
12.3.1. Primeira fase do júri.....	183
12.3.1.1. Pronúncia.....	184
12.3.1.2. Impronúncia.....	186
12.3.1.3. Desclassificação.....	186
12.3.1.4. Absolvição sumária	187
12.3.2. Segunda fase do júri.....	188
12.3.2.1. Desaforamento.....	189
12.3.2.2. Os jurados.....	189
12.3.2.3. Incomunicabilidade dos jurados	190
12.3.2.4. Atos da sessão em Plenário	190
12.3.2.5. Debates Oraís	190
12.3.2.6. Resposta aos quesitos	191
() CAPÍTULO 13 – Sentença	195
13.1. Das decisões.....	196
13.2. Requisitos da sentença.....	198
() CAPÍTULO 14 – Nulidades	203
14.1. Sistemas da tipicidade da forma do processo	204
14.1.1. Sistemas formalistas.....	204
14.1.2. Sistemas privatistas.....	204
14.1.3. Sistemas legalistas.....	205
14.1.4. Sistemas judiciais.....	205
14.2. Sistema adotado no Brasil.....	205
14.3. Nulidade absoluta e relativa	205
14.4. Princípios pertinentes à nulidade dos atos processuais	206
14.4.1. Princípio da instrumentalidade das formas.....	206
14.4.2. Princípio do prejuízo	207
14.4.3. Princípio da causalidade, sequencialidade ou consequen-	
cialidade.....	207
14.4.4. Princípio da conservação dos atos processuais	207
14.4.5. Princípio do interesse	207
14.4.6. Princípio da convalidação	208

14.5. Nulidades – Rol do art. 564 do CPP	208
14.5.1. Inciso I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz	209
14.5.2. Inciso II – por ilegitimidade de parte	210
14.5.3. Inciso III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes	211
14.5.4. Inciso IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato	215
() CAPÍTULO 15 – Recursos	219
15.1. Teoria geral dos recursos	220
15.1.1. Conceito	220
15.1.2. Natureza jurídica dos recursos	220
15.1.3. Princípios recursais	221
15.1.3.1. Princípio da taxatividade	221
15.1.3.2. Princípio da unirãorecorribilidade (unicidade ou singularidade)	221
15.1.3.3. Princípio da fungibilidade (do recurso indiferente ou teoria do “tanto vale”) (art. 579, CPP) ...	221
15.1.3.4. Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	222
15.1.3.5. Princípio da disponibilidade e indisponibilidade ...	223
15.1.3.6. Princípio da conversão	223
15.1.4. Espécies de recursos	223
15.1.5. Pressupostos processuais	224
15.1.5.1. Pressupostos objetivos	225
15.1.5.2. Pressupostos processuais subjetivos	226
15.1.6. Efeitos dos recursos	227
15.1.6.1. Devolutivo	227
15.1.6.2. Suspensivo	227
15.1.6.3. Extensivo (art. 580 do CPP)	227
15.1.6.4. Regressivo (iterativo, reiterativo, diferido ou devolutivo inverso)	228
15.1.7. Recursos em espécie	228
15.1.7.1. Recurso em sentido estrito (Rese)	228
15.1.7.2. Apelação (arts. 593 a 603 do CPP)	232
15.1.7.3. Embargos infringentes e de nulidade	234

15.1.7.4.	Embargos de declaração	236
15.1.7.5.	Carta testemunhável	237
15.1.7.6.	Agravo em execução.....	238
15.1.8.	Das ações impugnativas.....	239
15.1.8.1.	Revisão criminal	239
15.1.8.2.	<i>Habeas corpus</i>	241
15.1.8.3.	Mandado de segurança em matéria criminal (art. 5º, LXIX, da CF e Lei 12.016/2009).....	245